

GELSON MERÍSIO
GOVERNADOR

JOÃO PAULO KLEINÜBING
VICE-GOVERNADOR

COLIGAÇÃO AQUI É TRABALHO – 55

PSD/ PP/ PSB/ DEM/ PRB/ PDT/ SD/ PSC/ PROS/ PCdoB/ PV/
PHS/ Podemos/ PRP/ PPL

PLANO DE GOVERNO
GESTÃO 2019/2022

COLIGAÇÃO AQUI É TRABALHO

Plano de Governo

ÍNDICE

1	PREMISSAS PRINCIPAIS	3
2	PROPOSTAS PARA GESTÃO INTEGRADA INOVADORA	5
2.1	INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA.....	5
2.2	ADEQUAÇÃO DA MÁQUINA PÚBLICA À REALIDADE.....	7
2.3	AUMENTO DA CAPACIDADE DE INVESTIMENTOS DO ESTADO.....	7
3	PROPOSTAS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA	8
3.1	AÇÕES DE INTELIGÊNCIA APLICADAS À SEGURANÇA PÚBLICA.....	8
3.2	EFICIÊNCIA NA SEGURANÇA PÚBLICA.....	8
3.3	INTEGRAÇÃO SOCIEDADE E SEGURANÇA PÚBLICA.....	9
4	PROPOSTAS PARA A SAÚDE	10
4.1	MAIS SAÚDE PARA OS CATARINENSES.....	10
4.2	INOVAR E MELHORAR A SAÚDE - SANTA CATARINA MAIS SAÚDE... ..	10
4.3	APRIMORAR A SAÚDE POR MEIO DA EXPANSÃO DE EXAMES E CIRURGIAS.....	11
4.4	OTIMIZAR OS ATENDIMENTOS DA SAÚDE.....	12
5	PROPOSTAS PARA A INFRAESTRUTURA	12
5.1	LOGÍSTICA	12
5.2	SANEAMENTO BÁSICO	13
5.3	ENERGIA.....	13
5.4	MOBILIDADE URBANA.....	13
5.5	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS.....	14
6	PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO E REINSERÇÃO SOCIAL.....	14
6.1	DESENVOLVIMENTO E REINSERÇÃO SOCIAL	14
7	PROPOSTA PARA A EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO	15
7.1	EDUCAÇÃO BÁSICA, FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO.....	15
7.2	ENSINO SUPERIOR E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	16
7.3	EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	17
7.4	ESPORTE E LAZER.....	17
7.5	CULTURA	18
8	PROPOSTAS PARA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	19
8.1	NOVA ECONOMIA.....	19
8.1.1.	POLOS TECNOLÓGICOS.....	19
8.1.2.	TURISMO.....	19
8.1.3.	ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS.....	20
8.2	AGRICULTURA, PESCA E MARICULTURA	21
8.3	PROMOVER A IGUALDADE ECONÔMICA ENTRE AS REGIÕES	23
8.4	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE ..	24
9	PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E CIDADES.....	25
9.1	REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO E PLANO DE AÇÃO	25
9.2	IMPLANTAÇÃO DA NOVA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ...	25
9.3	APRIMORAMENTO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS	25

COLIGAÇÃO AQUI É TRABALHO

Plano de Governo

1 PREMISSAS PRINCIPAIS

“Gestão pública profissional e transparente.”

“Austeridade e responsabilidade com os recursos públicos.”

“Modernização, qualificação e excelência dos serviços públicos.”

“Combate aos privilégios e diminuição das diferenças entre o público e o privado.”

A administração pública tem passado por diversas transformações ao longo dos séculos em todo o mundo, saindo de estruturas mínimas para estruturas gigantescas. Do Estado liberal ao Estado provedor. Santa Catarina não foi diferente e acompanhou o Brasil, criando estruturas para o atendimento de demandas de diversos segmentos. No entanto, quando a demanda é satisfeita, estas estruturas permanecem e oneram toda a sociedade.

É necessário que a realidade do Estado seja apresentada às pessoas para que assim possam não apenas conhecer o plano de governo em detalhes, mas, o mais importante, o porquê, os motivos, os fundamentos da proposta e assim possam dizer nas urnas se querem um Estado, um governo, uma sociedade diferente, que não apenas pense o futuro, mas que construa um caminho moderno para que todos possamos alcançá-lo.

O modelo atual de Estado, burocrático, pesado, fiscalizador e punitivo deu errado, está esgotado. Um novo modelo de Estado precisa ser proposto. Um modelo diferente. Menos burocrático, mais ágil, profissional e transparente, para que o cidadão catarinense possa empreender, trabalhar, prosperar e criar sua família com acesso à saúde, segurança e educação de qualidade.

Para alcançarmos este objetivo, o planejamento da gestão pública deve identificar pontos de conflito com a sociedade e propor as modificações comportamentais e estruturais da organização burocrática estatal, voltadas para otimização dos recursos financeiros, de pessoal e de infraestrutura, de modo a propiciar a melhor prestação dos serviços públicos com o menor dispêndio, trabalhando, portanto, com austeridade e responsabilidade, com maior eficiência e menor estrutura. Desta forma, devemos inserir modificações profundas, comportamentais e estruturais.

A modificação profunda acontece na chefia do executivo, e essa é a nossa proposta, com ações criativas e guiado por objetivos, estabelecendo

COLIGAÇÃO AQUI É TRABALHO

Plano de Governo

metas e cobrando resultados na ação governamental. Solucionador de problemas e conflitos.

Estamos abertos às novas tecnologias e processos digitais de forma irrestrita e instantânea, compreendendo que a gestão e a tecnologia da informação juntas otimizam os resultados.

A modificação comportamental baseia-se, inicialmente, na mudança de atitude dos gestores, que devem ter efetivo comprometimento em implementá-la, rompendo com o isolamento de setores que em razão da relevância de suas atuações se tornaram “gestores isolados”, sem comunicação e compreensão das necessidades dos demais para implementação das políticas públicas.

A modificação estrutural passa pela identificação de sobreposições de atribuições das estruturas governamentais, das situações de conflito entre estas, bem como a correta valoração de determinadas atividades e verificação de alternativas tecnológicas, com a necessária adequação daquela à nova realidade.

A introdução de tecnologia deve visar a redução da necessidade da presença física do cidadão para a resolução dos seus problemas, usando do exemplo de países que adquiriram um elevado grau de utilização de ferramentas tecnológicas na gestão pública.

A utilização dessas ferramentas tecnológicas também pressupõe uma mudança comportamental do Estado que tem o dever de confiar em seu cidadão e reduzir as amarras burocráticas, tornando-se cada vez mais moderno e qualificado.

É primordial uma nova gestão pública para que os objetivos das demais áreas possam ser alcançados, pois sem uma gestão pública moderna, eficiente e de qualidade, que possa oferecer mais à sociedade com menor dispêndio, não há como haver recursos financeiros suficientes para todas as demandas.

Com estas atitudes alcançaremos a modernização, qualificação e excelência dos serviços públicos.

Esta é a oportunidade para romper com o modelo atual de gestão pública, antigo e ineficiente, que oferece serviços públicos de baixa qualidade, e devolver o Estado à sociedade.

Com base nesses princípios, apresentamos o Plano de Governo da Coligação **AQUI É TRABALHO** para gestão 2019-2022.

COLIGAÇÃO AQUI É TRABALHO

Plano de Governo

2 PROPOSTAS PARA GESTÃO INTEGRADA INOVADORA

“Colocar o cidadão em primeiro lugar é inovar.”

“Mais serviços e menos burocracia.”

“Mais eficiência e menos estrutura.”

2.1 INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA

- Melhorar a qualidade da gestão pública estadual com aumento da eficiência e eficácia na prestação dos serviços públicos.
- Priorizar o combate à corrupção no serviço público por meio dos mecanismos de controle.
- Tornar efetiva a transparência das atividades, inclusive agenda, dos gestores públicos e disponibilização de dados de Governo em linguagem acessível à toda a sociedade.
- Realizar o mapeamento de processos e aperfeiçoar o modelo informatizado de gestão de custos e gastos públicos.
- Desenvolver e implantar sistema integrado de gestão de compras.
- Promover, por diferentes meios, o acesso à informação, permitindo que a sociedade possa propor boas práticas na gestão e fiscalização dos recursos públicos, aproximando o cidadão e a administração pública estadual.
- Implantar Sistema de Planejamento e Gestão por resultados na administração pública estadual, visando a efetividade das políticas públicas, com mecanismos que permitam um governo inteligente e meritocrático.
- Alinhar o planejamento de médio e curto prazo ao plano estratégico de longo prazo e discutir na Assembleia Legislativa para transformar em Lei.
- Implantar sistema de planejamento governamental regionalizado, aprimorando a governança territorial com foco na definição de uma política de desenvolvimento regional.
- Modernizar e integrar plataforma tecnológica a serviço do planejamento e da gestão estratégica.
- Aperfeiçoar o sistema de monitoramento, auditoria e avaliação de políticas públicas.
- Definir e implantar uma política de recursos humanos na administração pública estadual.
- Centralizar e otimizar os procedimentos de recursos humanos.
- Realizar mapeamento e a avaliação da força de trabalho do serviço público estadual, utilizando os profissionais conforme as suas competências.

COLIGAÇÃO AQUI É TRABALHO

Plano de Governo

- Intensificar a utilização das tecnologias de informação na administração pública estadual.
- Desenvolver e implantar metodologia para a gestão do conhecimento e da inovação no serviço público estadual, com vistas a promover a capacitação continuada e à adoção de novos critérios para avaliação de desempenho.
- Ajustar a estrutura administrativa para padronização dos projetos de inovação tecnológica.
- Implantar plataforma de dados, gerida por escritório de governança, para apoiar novas soluções e decisões estratégicas, com garantia de segurança.
- Criar parcerias e ambiente para fomentar a inovação tecnológica na administração pública estadual.
- Capacitar os servidores no uso de novas tecnologias.
- Unificar os bancos de dados do governo ampliando a capacidade de geração de informações, necessárias para a fiscalização e redução no desperdício de gastos públicos.
- Ampliar as práticas de Governo *on-line* para melhorar o acesso e a prestação de serviços públicos, com maior transparência e integração de dados, redução de custos e aceleração de processos, aumentando a produtividade e interatividade com a sociedade.
- Aperfeiçoar a política de gestão de riscos.
- Prevenir novos riscos de desastres e reduzir os existentes, implementando políticas institucionais integradas e inclusivas, que previnam e reduzam a exposição a perigos e a vulnerabilidade a desastres.
- Promover e melhorar o diálogo e a cooperação entre comunidades científicas e tecnológicas a fim de facilitar a tomada de decisões eficientes na gestão de riscos.
- Investir em inovação e no desenvolvimento de tecnologias orientadas para redução dos riscos à população.
- Promover o treinamento da população sobre os riscos a que está exposta e formas de proteção.
- Fortalecer os sistemas de previsão e alertas antecipados, com o foco nas pessoas, para diversos tipos de perigos e envolvendo múltiplos setores da administração pública e sociedade.
- Coordenar a cooperação de diversas instituições e autoridades relacionadas em todos os níveis e esferas, incluindo as comunidades e empresas afetadas, sob a supervisão do Centro Integrado de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão de Riscos.

COLIGAÇÃO AQUI É TRABALHO

Plano de Governo

2.2 ADEQUAÇÃO DA MÁQUINA PÚBLICA À REALIDADE

- Extinguir as ADRs e implantar modelo de desenvolvimento regional por meio das Associações de Municípios.
- Fim da geografia das urnas, com a readequação do quantitativo de cargos em comissão que podem ser ocupados por pessoas que não compõem o quadro funcional do Estado, de 1.419 para 200, eliminando a duplicidade de atribuições. Os profissionais serão selecionados via avaliação curricular.
- Reduzir em 1/3 as Secretarias de Estado, passando de 15 para 10 e reorganizar as suas atribuições.
- Buscar adequações da estrutura administrativa e de despesas com vistas a manter a sustentabilidade financeira do Estado.
- Reestruturar os Conselhos Regionais de Desenvolvimento, conferindo-lhes natureza voluntária com caráter estratégico e fiscalizador.
- Compartilhar estruturas físicas entre os órgãos do governo, otimizando recursos, integrando e complementando ações, e facilitando a vida do cidadão.
- Utilizar videoconferência, acelerando as decisões, reduzindo as distâncias e custos.
- Implementar soluções de inteligência artificial para a realização de procedimentos administrativos.
- Possibilitar que o cidadão acompanhe o andamento dos processos administrativos por meio de ferramentas digitais.

2.3 AUMENTO DA CAPACIDADE DE INVESTIMENTOS DO ESTADO

- Otimizar e aproveitar os ativos ociosos (principalmente imóveis desafetados) do Estado para formação de um fundo imobiliário público.
- Aperfeiçoar as parcerias público-privadas no Estado.
- Buscar fontes alternativas de receita e maior eficiência dos processos de arrecadação.
- Alinhar a política tributária estadual com a de desenvolvimento econômico.
- Aperfeiçoar a efetividade da política tributária do Estado.
- Definir uma política de investimento público, em parceria com a sociedade, com vistas à promoção do desenvolvimento uniforme do Estado.
- Disponibilizar recursos para investimentos a todos os municípios por meio das instituições de fomento estaduais.

COLIGAÇÃO AQUI É TRABALHO

Plano de Governo

3 PROPOSTAS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA

“A gente vive, sim, um Estado de Guerra contra a criminalidade. Não sou de meias palavras. Precisamos de ação já.”

“Quem está no regime semiaberto hoje é a sociedade. As pessoas passam o dia em liberdade condicional e são obrigadas a se trancar em casa durante a noite, com medo.”

“Nossas fronteiras têm barreiras sanitárias extremamente eficientes. Hoje, não entra um queijo pela fronteira, mas entra fuzil e drogas.”

3.1 AÇÕES DE INTELIGÊNCIA APLICADAS À SEGURANÇA PÚBLICA

- Investir mais de R\$ 2 bilhões na aquisição de tecnologias a serem aplicadas na segurança pública.
- Implantar barreiras de segurança nas fronteiras estaduais, com o uso de tecnologias para identificar e interceptar criminosos, veículos e mercadorias ilegais, bem como atuar contra o tráfico de armas e drogas.
- Aperfeiçoar o programa de videomonitoramento com a ampliação do número de câmeras instaladas em pontos estratégicos.
- Ampliar a utilização de moto-viaturas, especialmente nos grandes centros urbanos.
- Priorizar, fortalecer e integrar atividades de inteligência na segurança pública e sistema prisional.
- Combater o crime de acordo com os seus indicadores, direcionando os recursos e capacidades para reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas, trazendo à normalidade a vida cotidiana.

3.2 EFICIÊNCIA NA SEGURANÇA PÚBLICA

- Aumentar o efetivo com a convocação voluntária de 5.000 policiais da reserva, aptos fisicamente.
- Nomear os aprovados nos concursos já realizados e lançar novos editais de concurso.
- Aumentar, por meio de parceria público-privada, o efetivo de policiais na rua, possibilitando aos Praças Policiais Militares da ativa que atuem no policiamento ostensivo, de forma voluntária, fora do seu horário de trabalho.
- Possibilitar, nos moldes de outros Estados, que Praças ascendam ao Quadro de Oficiais Auxiliares.
- Atenuar a falta de efetivo e diminuir o déficit da previdência incentivando o servidor militar, do Quadro de Praças, que está na iminência de ir para a reserva a permanecer no serviço ativo por um período adicional de 5

COLIGAÇÃO AQUI É TRABALHO

Plano de Governo

anos, fazendo jus ao subsídio do posto imediato ao seu e, cumprido os 5 anos, ir para a reserva promovido à patente imediatamente superior.

- Valorizar continuamente as carreiras da segurança pública.
- Aprimorar a integração entre as polícias Civil e Militar.
- Uniformizar as áreas de abrangência dos órgãos da segurança pública.
- Compartilhar estruturas físicas e informações entre os órgãos de segurança, otimizando recursos, integrando e complementando ações.
- Aprimorar os mecanismos de transparência dos indicadores criminais e operacionais.
- Intensificar o aprimoramento técnico dos Bombeiros, suprindo com viaturas e equipamentos específicos para combate a incêndio, atendimento pré-hospitalar e resgate, bem como aprimorar e desenvolver programas sociais que incentivem a cultura de prevenção a sinistros.
- Fortalecer a perícia criminal para aperfeiçoar e ampliar a utilização da prova técnica na elucidação dos crimes.
- Reforçar e ampliar as unidades investigativas especializadas em homicídios, no combate ao crime organizado e no combate ao tráfico de armas e drogas.
- Aumentar a eficiência no atendimento ao cidadão com o aperfeiçoamento e a desburocratização na emissão de documentos relacionados à segurança pública, principalmente, a Carteira Nacional de Habilitação, o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo e a Carteira de Identidade.
- Instituir metas e bonificações por objetivos alcançados, como forma de valorizar o servidor e aumentar a eficiência.
- Planejar e investir no serviço temporário, estimulando o primeiro emprego, formando cidadãos e contribuindo para a segurança pública.

3.3 INTEGRAÇÃO SOCIEDADE E SEGURANÇA PÚBLICA

- Ampliar o policiamento comunitário por meio de mecanismos de participação da sociedade civil.
- Incentivar políticas públicas e a criação de redes não-governamentais que visem o enfrentamento à violência contra a criança, adolescente, mulher, idoso, indígena e a população LGBT+.
- Implantar Colégios Militares em locais estratégicos do Estado com o foco no ensino de novas tecnologias para a segurança pública.

COLIGAÇÃO AQUI É TRABALHO

Plano de Governo

4 PROPOSTAS PARA A SAÚDE

“A Saúde é uma prioridade.”

“A Saúde no Estado só vai bem se a Saúde nos municípios estiver bem.”

“Precisamos apoiar os municípios em programas preventivos.”

“A solução é simples, mais recursos, atendimento perto da sua própria cidade e o rompimento de um modelo que traz todo ‘excedente’ de atendimentos de SC para sustentar o aparelho de Saúde montado em Florianópolis.”

4.1 MAIS SAÚDE PARA OS CATARINENSES

- Implementar o CONECTA SUS. Hoje os sistemas não são integrados e as informações são insuficientes ou inconsistentes, o Conecta SUS os irá compilar e disponibilizar informações detalhadas sobre o setor, monitorando e analisando indicadores da área da saúde, especialmente os socioeconômicos. O CONECTA SUS contribuirá para a comunicação entre sistemas de informação, ampliando a capacidade gestora da Secretaria.
- Implementar prontuário único.
- Mapear as habilitações dos Hospitais.
- Sistematizar procedimentos para reduzir a judicialização da Saúde.

4.2 INOVAR E MELHORAR A SAÚDE - SANTA CATARINA MAIS SAÚDE

- Elaborar o Plano de Investimentos em Saúde no Estado, com detalhamento regional, incrementados pela PEC da Saúde.
- Reestruturar o sistema com foco na Saúde Preventiva.
- Estruturar e qualificar as equipes municipais de Atenção Básica para a prevenção, detecção e tratamento oportuno das DCNTs (Doenças Crônicas não Transmissíveis);
- Intensificar as ações de vigilância e prevenção das doenças transmissíveis, melhorando as condições tecnológicas para o diagnóstico precoce e o controle.
- Fomentar a capacitação dos profissionais das equipes de saúde em todas as regiões do Estado para aumentar sua efetividade e resolubilidade.
- Fortalecer as equipes de controle e avaliação regionais para acompanhamento do sistema de regulação.
- Investir em Gestão tecnológica para melhor aplicação dos recursos financeiros.
- Elaborar novo sistema informatizado estadual para controle de consultas e de procedimentos médicos e de organização de filas de espera nos serviços de saúde, com acesso via internet pelos pacientes.

COLIGAÇÃO AQUI É TRABALHO

Plano de Governo

- Fomentar a integração das secretarias municipais de saúde.
- Ampliar o alcance da telemedicina e vídeo-consultas.
- Implantar uma política estadual de qualificação da atenção à mulher e à criança, com fortalecimento da educação permanente, dos serviços e da rede de atenção ao pré-natal, parto e recém-nascido e dos instrumentos de monitoramento e avaliação.
- Estruturar a rede de atenção à saúde em conjunto com os municípios, viabilizando o acesso à Atenção Básica e à Média e Alta Complexidade em cada macrorregião.
- Estimular e realizar ações educativas de vida saudável nas áreas de alimentação, atividade física e tabagismo.
- Implementar ações voltadas ao diagnóstico e cuidado da saúde mental, à prevenção ao uso do álcool e de outras drogas.
- Programar ações intersetoriais para redução de acidentes de trânsito.

4.3 APRIMORAR A SAÚDE POR MEIO DA EXPANSÃO DE EXAMES E CIRURGIAS

- Criar Força Tarefa Médica para zerar as filas de espera das cirurgias, por meio de convênios com os serviços de residências cirúrgicas em múltiplas especialidades.
- Aumentar o número de salas cirúrgicas nos hospitais existentes, ativando e adequando hospitais em localizações estratégicas.
- Levar os centros de referências, de média e alta complexidade, a números suficientes e distribuição adequada, diminuindo distâncias para comportar as demandas das regiões referenciadas.
- Aumentar o número de centros de diagnósticos em localizações estratégicas, bem como, ampliar os já existentes.
- Incentivar a criação de residência médica nas especialidades, incluindo Urgência/Emergência.
- Levar os leitos hospitalares, e principalmente de UTI, aos números recomendados pela OMS.
- Aperfeiçoar os atuais hospitais regionais, bem como, criar hospitais de referência em localizações estratégicas, podendo, para isto, se necessário, serem ativados e adequados hospitais existentes.
- Propiciar condições para que os pequenos e médios hospitais possam realizar novos e mais exames e cirurgias, tornando-os gradualmente autossustentáveis e diminuindo a dependência deles dos recursos do Estado.

COLIGAÇÃO AQUI É TRABALHO

Plano de Governo

4.4 OTIMIZAR OS ATENDIMENTOS DA SAÚDE

- Priorizar nomeação de gestores qualificados.
- Implantar protocolos para padronização das ações.
- Tornar obrigatórias as práticas da referência e contrarreferência, visando evitar os reencaminhamentos que propiciam o aumento das filas de espera e a elevação dos gastos.
- Adequar as estruturas dos serviços de urgências e emergências com melhorias dos espaços físicos, equipamentos e equipes qualificadas para que se possa dar acolhimento digno aos pacientes.
- Implantar ferramentas de gestão para corrigir deficiências e desperdícios.
- Defender a qualidade da assistência à saúde nas unidades hospitalares, emergências, postos ambulatoriais e unidades de exames complementares.
- Garantir condições adequadas de trabalho aos profissionais da saúde.
- Implementar políticas de capacitação continuada.

5 PROPOSTAS PARA A INFRAESTRUTURA

“Toda obra pública deve ser precedida de um amplo estudo de viabilidade.”
“Toda obra pública deve ser gerenciada/executada/fiscalizada pela Secretaria de Infraestrutura”.
“Toda obra pública deve levar em consideração a possibilidade de otimização/aperfeiçoamento de outras já existentes”.
“Toda obra pública deve levar em consideração a existência de servidores e orçamento para a implantação e manutenção dos futuros serviços.”

5.1 LOGÍSTICA

- Finalizar as pavimentações de rodovias estaduais iniciadas e ter como meta a manutenção.
- Implantar o programa de segurança viária, com o uso de câmeras que identifiquem os veículos e abasteçam sistema de monitoramento informatizado do Estado.
- Articular com o Governo Federal o planejamento para a duplicação de rodovias federais, com prioridade para finalizar as obras da BR-470 e BR-280, início da BR-282 e o Contorno Viário da Grande Florianópolis BR-101.
- Estimular a integração de modais de transporte para aumentar a capacidade logística e melhorar o fluxo nas rodovias.

COLIGAÇÃO AQUI É TRABALHO

Plano de Governo

- Impedir planos de desvio das exportações catarinenses para Paranaguá e Rio Grande e prioridade para Ferrovia Litorânea (interligando portos catarinenses).
- Finalizar as demandas necessárias para implantação da Ferrovia Leste-Oeste (Ferrovia do Frango).
- Viabilizar o corredor do milho partindo do Paraguai.
- Ampliar e modernizar os aeroportos catarinenses.
- Implementar a Hidrovia do Rio Itajaí Açu.

5.2 SANEAMENTO BÁSICO

- Priorizar o apoio a pequenos municípios para soluções alternativas de tratamento de água e esgoto, inclusive na área rural (sistemas de tratamento individual e coleta programada), protegendo os mananciais de água.
- Ampliar a rede de saneamento básico nos municípios catarinenses.
- Implantar programas para incentivar e garantir o uso racional da água.
- Dar continuidade ao projeto de minimização de cheias da bacia do Rio Itajaí.
- Ampliar os estudos para implementar medidas não estruturais e estruturais de controle de inundações nas demais bacias hidrográficas do Estado.
- Recuperar os mananciais e as matas ciliares, além de proteger as áreas alagáveis.
- Incentivar a política de consórcios regionais para coleta de resíduos sólidos e reciclagem.
- Estimular parcerias público-privadas para produção de energia a partir de rejeitos.

5.3 ENERGIA

- Estimular a diversificação das fontes de produção de energia e incentivar a autogeração e os sistemas de cogeração de energia.
- Priorizar a universalização da energia trifásica na área rural.

5.4 MOBILIDADE URBANA

- Estabelecer uma Política Estadual de Mobilidade Urbana que priorize e incentive o desenvolvimento urbano orientado para o transporte verde e sustentável.
- Fomentar a elaboração dos planos municipais e metropolitanos de mobilidade urbana com foco na acessibilidade universal.

COLIGAÇÃO AQUI É TRABALHO

Plano de Governo

- Apoiar as ações de integração do transporte coletivo, principalmente nas regiões metropolitanas, com o desenvolvimento urbano e obras de infraestrutura.
- Propor a unificação das regras logísticas das cidades, definindo horários de restrições de tráfego de cargas, distribuição urbana centralizada e centros de logística, estacionamento rotativo entre outras.

5.5 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

- Centralizar os projetos e o acompanhamento de obras de todos os órgãos do Estado.
- Adotar tecnologia BIM (*Building Information Modeling*), criando digitalmente modelos virtuais precisos de uma construção, para gerar informações que vão desde o projeto até a manutenção durante a vida útil da edificação.
- Utilizar projetos pré-modelados, com prioridade para soluções sustentáveis para baratear obras e acelerar processos de execução.
- Planejar prédios com recursos de geração de energia sustentável e captação/reutilização de água para gerar economia de longo prazo e incentivar melhores práticas.

6 PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO E REINSERÇÃO SOCIAL

“Na questão social, o combate à pobreza extrema será tratado com prioridade absoluta, como uma missão de vida. Pois, por maiores que sejam os investimentos em infraestrutura, ainda assim não serão suficientes enquanto alguns catarinenses ainda viverem nestas condições.”

“A política prisional que temos não deu certo. O modelo como está não serve.”

6.1 DESENVOLVIMENTO E REINSERÇÃO SOCIAL

- Instituir programas que atendam às necessidades específicas das mulheres: saúde, trabalho e assistência social, segurança e proteção, orientação jurídica e prevenção à violência.
- Formular políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência, proporcionando acesso a um melhor padrão de vida e proteção social, equiparando oportunidades com ações nas áreas de reabilitação, acessibilidade, transporte, moradia, segurança, saúde, educação, esporte, trabalho e reabilitação profissional.
- Fortalecer a participação social e promoção do envelhecimento ativo, a atenção integrada à saúde da pessoa idosa e o estímulo às ações intersetoriais; assegurando à pessoa idosa a efetivação dos direitos à vida, à educação, à saúde, à alimentação, ao esporte, ao lazer, ao

COLIGAÇÃO AQUI É TRABALHO

Plano de Governo

trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

- Promover a integração dos programas sociais do Sistema Único de Assistência Social - SUAS fortalecendo ações de prevenção de vulnerabilidade e riscos sociais e de redução da violação de direitos sociais.
- Garantir o pleno acesso ao mercado de trabalho, aumentando a captação de vagas no SINE, diversificando formas de geração de trabalho e renda e investir na educação permanente do trabalhador.
- Apoiar o aprimoramento das políticas, dos serviços, e das estruturas para as atividades de assistência social nos municípios.
- Garantir a reintegração social das pessoas privadas de liberdade e dos adolescentes com medidas socioeducativas.
- Estabelecer políticas públicas de ressocialização com ações integradas e intersetoriais, principalmente entre Segurança Pública, Desenvolvimento Social, Educação e Saúde.
- Fortalecer a política educacional e profissional, assim como a promoção do trabalho no sistema prisional, com foco no sistema fechado.
- Distribuir a população do sistema prisional, criando filtros que distribua o apenado por categorias e tipificações penais, evitando as universidades do crime.
- Desenvolver plano estadual com medidas compensatórias, capazes de estimular a aceitação dos municípios à instalação de unidades prisionais e socioeducativas.
- Trabalhar de forma integrada com o Ministério Público e com o Judiciário a gestão do sistema prisional, visando discutir melhor a realidade e aperfeiçoar o sistema.
- Acabar com o fluxo de informações de dentro para fora dos presídios.
- Aumentar o número de vagas por meio da ampliação e instalação de novas unidades prisionais e socioeducativas.

7 PROPOSTA PARA A EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

“Se interrompêssemos uma aula há cem anos atrás e transportássemos o professor para os dias atuais, ele continuaria a aula do ponto em que parou e não perceberíamos a diferença. Precisamos encontrar novas formas de conexão professor – aluno, de ensino e aprendizado”

7.1 EDUCAÇÃO BÁSICA, FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

- Construir modelo educacional em que a escola propicie formação moral e cidadã, acesso à cultura, ao esporte e com a inserção de novas

COLIGAÇÃO AQUI É TRABALHO

Plano de Governo

tecnologias a partir de debate envolvendo professores e seus representantes.

- Regionalizar a grade curricular, levando em conta fatores como: economia, políticas de desenvolvimento econômico, aspectos culturais da região e suas vocações, implantando um modelo de educação pública focado no mercado de trabalho.
- Melhorar a gestão dos recursos financeiros disponíveis para a educação.
- Incentivar os Municípios, por meio de parcerias, a garantir o acesso, a permanência e o aproveitamento escolar com qualidade em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, com a ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais.
- Apoiar a universalização do atendimento escolar para a população de 4 a 17 anos de idade;
- Apoiar a ampliação do atendimento à população de 0 a 3 anos de idade, de acordo com a demanda e na idade correta.
- Universalizar o Ensino Médio, oportunizando uma aprendizagem significativa aos jovens, assegurando a permanência, a formação integral para o exercício da cidadania e a inserção no mundo do trabalho.
- Organizar e expandir a oferta do ensino médio, estabelecendo vínculos com os sistemas produtivos, culturais, locais, regionais e global.
- Promover a busca ativa da população de 15 a 17 anos fora da escola, de forma intersetorial, com os serviços de assistência social, saúde e justiça para proteção integral aos jovens.
- Instituir programas voltados à permanência dos estudantes na escola, especialmente no Ensino Médio.
- Garantir a valorização dos profissionais da educação, de acordo com a legislação, assegurando formação na área de atuação (inicial e continuada), carreira, remuneração e condições de trabalho, condizentes com a sua responsabilidade na sociedade.
- Garantir a progressiva expansão e ampliação de fontes de financiamento na educação catarinense, com foco na elevação dos indicadores socioeconômicos das regiões menos desenvolvidas do estado.
- Universalizar o direito à educação para superação das desigualdades históricas, culturais e sociais, promovendo os princípios dos direitos humanos, da diversidade e da sustentabilidade socioambiental.
- Promover amplo debate com a sociedade e os profissionais da educação sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

7.2 ENSINO SUPERIOR E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

- Diminuir os custos e aumentar o compartilhamento e a interiorização do conhecimento, ampliando o acesso a cursos de graduação e pós-

COLIGAÇÃO AQUI É TRABALHO

Plano de Governo

graduação por meio das universidades comunitárias, Sistema ACADE, UDESC.

- Aplicar modelo de concessão de bolsas de estudo para cursos de Ensino Técnico.
- Construir novos Centros de Inovação, por meio de parceria público-privada, integrados às universidades.
- Promover a formação de profissionais que atuem de forma inovadora e empreendedora, comprometida com a construção de uma sociedade justa, democrática e sustentável.
- Articular, com a União, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior da população de 18 a 24 anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e a expansão nas instituições de ensino superior, públicas e comunitárias;
- Articular, com a União, a elevação da qualidade da Educação Superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente, em efetivo exercício, no conjunto do sistema de Educação Superior; e
- Fomentar, em articulação com a União, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, com aproximação da Ciência e da Tecnologia aos sistemas produtivos e inovativos.

7.3 EDUCAÇÃO ESPECIAL

- Implantar o Programa de Identificação e Tratamento da Dislexia, do Déficit de Atenção e da Hiperatividade nas escolas públicas estaduais, provendo todas as escolas com professores, psicólogos e pedagogos capacitados a assistir esses estudantes especiais e garantindo melhor aprendizagem.
- Transformar a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) em instituição formadora de profissionais aptos a identificar e a assistir estudantes especiais da rede pública e privada de ensino.
- Conectar escolas e sistema de saúde pública para melhor atender os estudantes especiais.

7.4 ESPORTE E LAZER

- Ampliar as condições de acesso ao esporte e lazer, de forma a contribuir para um estilo de vida saudável da população catarinense.
- Capacitar profissionais de educação física para melhorar a qualidade do ensino nas modalidades esportivas para crianças e jovens, implantando um Sistema de Formação Continuada.
- Apoiar a implantação de equipamentos públicos para a prática esportiva e de lazer, atendendo às demandas locais e garantir oferta de atividades esportivas orientadas por profissionais de educação física.

COLIGAÇÃO AQUI É TRABALHO

Plano de Governo

- Desenvolver programas de iniciação esportiva no contra turno escolar.
- Dar continuidade e reestruturar a agenda de esportes do calendário oficial do Estado.
- Incentivar a ampliação dos postos de trabalho privados e públicos com a intensificação da realização de programas e eventos de esporte e lazer.
- Instituir política pública que fomente o investimento público e privado na área de esportes de alto rendimento.

7.5 CULTURA

- Ampliar as ações culturais no território catarinense:
- Fortalecer, por meio de incentivos, a produção cultural e artística.
- Construir estatísticas e implantar sistemas de informações voltados ao monitoramento das atividades culturais.
- Potencializar a participação da cultura no desenvolvimento econômico sustentável do Estado.
- Estimular e apoiar a economia criativa, reconhecendo, promovendo e regulando seus diversos segmentos.
- Reconhecer, promover e proteger o patrimônio, a diversidade e as identidades culturais de Santa Catarina.
- Investir na capacitação de agentes culturais públicos e privados em torno da gestão da cultura.
- Transformar o ativo tangível e intangível da cultura catarinense (edificações, rotas turísticas e suas paisagens culturais, aos sítios históricos, assim como a história, os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, as tradições e os costumes, dentre outros) em negócios geradores de trabalho e renda.
- Potencializar o acesso à cultura aos catarinenses, desde a escola até a terceira idade, incentivando parcerias sociais voltadas ao desenvolvimento humano.

COLIGAÇÃO AQUI É TRABALHO

Plano de Governo

8 PROPOSTAS PARA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

“Temos que direcionar o potencial criativo do catarinense para um novo modelo econômico, o da tecnologia e inovação, que depende pouco da infraestrutura e muito mais do nosso esforço e capacidade de criar.”

“O grande desafio é construir esperança ao agricultor familiar, associada à vocação local do agronegócio.”

8.1 NOVA ECONOMIA

- Acelerar o processo de modernização da estrutura produtiva do Estado na direção de atividades intensivas em tecnologia e turismo, incentivando o empreendedorismo e ampliando novos programas governamentais de apoio à criação e ao desenvolvimento de empresas de bases tecnológicas com potencial de crescimento e transformá-lo efetivamente em destino turístico mundial.

8.1.1. POLOS TECNOLÓGICOS

- Transformar o Estado em agente propulsor da construção de polos tecnológicos a partir da oferta da infraestrutura necessária por meio da ampliação do acesso à conexão de banda larga e à fibra ótica - especialmente nas pequenas cidades - e do número de Centros de Inovação integrados às universidades.
- Estimular a conexão entre políticas, pessoas, instituições e empresas, que fazem parte do ecossistema catarinense de inovação.
- Incentivar o desenvolvimento de setores de novas tecnologias e direcionar recursos e esforços, regionalmente, para sua implementação.
- Usar o sistema de registro de patentes como parte de informação tecnológica, para agregar valor aos produtos e modernizar a estrutura produtiva atual, incluindo o estudo de anterioridade (prospecção) como critério para concessão de incentivos a negócios inovadores.
- Expandir a economia do conhecimento para todas as regiões do Estado com vistas a reduzir os desequilíbrios regionais.

8.1.2. TURISMO

- Criar o programa Pró-Emprego Turismo, com benefícios fiscais específicos para empreendimentos turísticos.
- Construir circuitos turísticos envolvendo atrações de diversos municípios, operados por via aérea, terrestre, rodoviária e marítima.
- Propiciar o desenvolvimento do turismo em todas as regiões do Estado, tornando-o destino mundial.

COLIGAÇÃO AQUI É TRABALHO

Plano de Governo

- Fortalecer o processo de identificação regional, levando em consideração a diversidade turística catarinense, construindo indicadores das atividades características do turismo (tipo, alojamento, transporte, agências de viagens, locadoras e outras) nas regiões turísticas e sistemas de informações e estatísticas para o monitoramento e construção de agenda das atividades anuais.
- Realizar investimentos públicos e incentivar os investimentos privados em infraestrutura de apoio ao turismo, priorizando projetos de infraestrutura e ações que contribuam para dinamizar a cadeia produtiva do turismo.
- Criar mecanismos de incentivo ao empreendedorismo, estímulo às operadoras turísticas e à inovação no turismo.
- Estimular o turismo sustentável e natural, iniciando pelas Unidades de Conservação Estaduais administradas pelo Instituto do Meio Ambiente IMA.
- Capacitar os atores locais (públicos, privados e sociedade civil organizada) das regiões turísticas, por meio da realização de encontros, oficinas, *workshops*, estruturando circuitos, rotas e atrativos turísticos.
- Integrar os Centros de Eventos do Estado à agenda estratégica do turismo, operados por meio de concessões ou parcerias público-privadas que atraiam e viabilizem a realização de grandes eventos.

8.1.3. ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

- Criar programa de fomento ao desenvolvimento, capitalizando o BRDE em R\$ 1 bilhão e gerando R\$ 11 bilhões de capacidade de financiamento para *startups*, pequenas e médias empresas e também aos municípios, para que este possam propor projetos relacionados ao desenvolvimento econômico;
- Manter uma política tributária agressiva, sem aumento de impostos, propiciando elevado grau de desenvolvimento na economia catarinense, exigindo transparência, segurança jurídica, impessoalidade e aferição de resultados.
- Tornar mais ágeis os processos administrativos para análise dos pedidos de concessão de licença ambiental para ampliação e instalação de novos empreendimentos.
- Criar Fundo de Aval para permitir que micro e pequenas empresas possam acessar mais facilmente linhas de crédito.
- Atrair investimentos nacionais e estrangeiros em setores industriais e de serviços intensivos em conhecimento.
- Aprimorar o ambiente de negócios, via mecanismos de integração das secretarias de estado, visando elevar a eficiência institucional para a atração de investimentos.

COLIGAÇÃO AQUI É TRABALHO

Plano de Governo

- Desenvolver ecossistemas sustentáveis de empreendedorismo e inovação, intensificando o apoio às pequenas e médias empresas inovadoras e intensivas em tecnologia e conhecimento.
- Criar um amplo e consistente programa de fomento e apoio a investimentos nos segmentos estratégicos do Estado.
- Fortalecer as parcerias e a atuação de forma articulada e conjunta com outros entes públicos e privados responsáveis pela promoção do desenvolvimento de Santa Catarina, participando de modo proativo das políticas públicas associadas.
- Criar mecanismos que visem facilitar e priorizar o acesso a financiamentos para projetos e segmentos estratégicos visando ampliar, incentivar e desburocratizar os investimentos, seja por meio de empresas integrantes do parque produtivo catarinense, seja mediante a atração de empresas ainda não presentes no Estado.
- Fomentar as empresas de micro, pequeno e médio porte.
- Beneficiar e incentivar as regiões de menor desenvolvimento socioeconômico, por meio de política tributária diferenciada.
- Dar apoio creditício disponibilizando fundos garantidores e/ou linhas de financiamento com recursos alavancados com capitalizações junto às instituições de fomento, num custo mais competitivo e tratamento diferenciado, com consequente elevação do emprego, da renda e da inovação na cadeia produtiva em Santa Catarina.
- Beneficiar e incentivar os projetos que priorizem a prática do desenvolvimento ambiental sustentável, tal como o aumento da eficiência energética.
- Aperfeiçoar a integração da Junta Comercial com os municípios e demais órgãos para dinamizar e racionalizar os procedimentos administrativos voltados para ampliação e abertura de novos negócios;
- Ampliar a parceria entre o Estado e as entidades integrantes do Conselho das Federações Empresariais de Santa Catarina (COFEM) para atração de novos negócios e investimentos. (FIESC, FAESC, FACISC, FAMPESC, FCDL, FECOMÉRCIO, FETRANCESC)

8.2 AGRICULTURA, PESCA E MARICULTURA

- Garantir no meio rural, pesqueiro e na maricultura uma produção sustentável por meio do desenvolvimento e aplicação de inovações tecnológicas e sociais.
- Compartilhar a estrutura física dos órgãos que prestam apoio e serviços aos produtores no interior do Estado, como EPAGRI e CIDASC, facilitando o acesso destes às soluções de seus problemas.
- Adotar medidas judiciais e políticas para proteger os pescadores e a indústria pesqueira de Santa Catarina em relação à lei do Estado do Rio Grande do Sul que amplia restrições à pesca em seu mar territorial,

COLIGAÇÃO AQUI É TRABALHO

Plano de Governo

gerando prejuízo estimado em R\$ 480 milhões/ano à economia catarinense.

- Elevar a produtividade da agricultura catarinense por meio da pesquisa e da assistência técnica e extensão rural pública e de qualidade.
- Desenvolver competências para melhorar os processos produtivos e de mercado visando dar eficiência aos sistemas agropecuários.
- Fortalecer o processo de organização dos agricultores, pescadores e maricultores visando acesso e ampliação dos mercados.
- Promover a capacitação no meio rural relacionada a aspectos jurídicos e econômicos, visando a formação de jovens empreendedores para a sucessão na agricultura do estado.
- Incentivar e fortalecer sistemas de inovação social e tecnológicos para o desenvolvimento sustentável da agricultura catarinense.
- Instituir uma legislação sanitária animal diferenciada para a produção artesanal.
- Promover maior cooperação entre os agentes públicos e privados do meio rural, pesqueiro e da maricultura, consolidando um sistema tripartite dinâmico e sustentável entre as agroindústrias, cooperativas e agentes públicos.
- Revitalizar o meio rural, pesqueiro e da maricultura, valorizando sua diversidade social, cultural e ambiental.
- Fortalecer as atividades de turismo rural e gastronômico.
- Fortalecer o processo de organização dos agricultores, pescadores e maricultores visando acesso e ampliação dos mercados.
- Instituir programas de governo específicos focados na inovação e diferenciação de produtos e serviços, privilegiando recursos para as regiões mais carentes com vistas a minimizar os desequilíbrios regionais.
- Desenvolver programas voltados à identificação e valorização dos saberes locais e das identidades culturais das populações locais.
- Promover a inclusão social e produtiva das populações tradicionais e de baixa renda no meio rural e aquícola.
- Agregar valor por meio do empreendedorismo, da inovação e diferenciação de produtos e serviços na agricultura familiar, pesca artesanal e na maricultura.
- Agregar valor à produção agropecuária, pesqueira e na maricultura por meio da conquista de Certificados de Identificação Geográfica de produtos tradicionais catarinenses.
- Incentivar a diversificação produtiva por meio de estímulos creditícios e técnicos para o fortalecimento da cadeia de frutas, hortaliças, peixes e outras culturas permanentes.
- Estimular as potencialidades regionais e garantir o reconhecimento da qualidade das atividades desenvolvidas nos meios rural, pesqueiro e da maricultura.

COLIGAÇÃO AQUI É TRABALHO

Plano de Governo

- Apoiar a formalização das agroindústrias e indústrias da pesca por meio de assistência técnica, crédito dirigido e capacitação dos empreendedores.
- Incentivar a pesca artesanal e a maricultura em Santa Catarina.
- Prover o meio rural de infraestrutura adequada ao pleno desenvolvimento de suas potencialidades, aumentando a cobertura nas propriedades rurais de redes de energia elétrica trifásica bem como minimizar interrupções.
- Melhorar a infraestrutura de estradas vicinais e pontes, visando elevar a produtividade econômica no meio rural.
- Articular com a União para prover o meio rural com infraestrutura de comunicação, relativa à internet banda larga e telefonia, por meio do Programa Federal Internet para Todos.
- Instituir programas de governo com marcos legais adequados, tecnologias e recursos financeiros que busquem a transformação dos resíduos poluentes da agropecuária em energia limpa.
- Promover um ambiente de segurança sanitária e conformidade legal dos negócios no meio rural, no pesqueiro e na maricultura.
- Realizar ações de promoção dos produtos catarinenses, no âmbito nacional e internacional, de forma a captar novos mercados interessados.
- Revisar o marco legal do Programa Estadual de Vigilância para Brucelose e Tuberculose.
- Adequar a estrutura e a capacidade de diagnóstico da sanidade vegetal, animal e aquícola.
- Implantar o marco regulatório da defesa sanitária vegetal, animal e aquícola, visando o consumo seguro.
- Promover o programa de melhoria da qualidade dos estabelecimentos com Serviço de Inspeção Estadual.
- Adequar os estabelecimentos aos requisitos exigidos pelo Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBI/POA.
- Implantar o sistema informatizado de controle de estoque de agrotóxicos e de receituário agrônomo.
- Promover o programa de cadastro do produtor primário (e-origem).
- Fomentar o associativismo visando a Certificação Fitossanitária.
- Incentivar Programa de Regularização Fundiária para o Estado.

8.3 PROMOVER A IGUALDADE ECONÔMICA ENTRE AS REGIÕES

- Implementar política fiscal diferenciada para as regiões em desigualdade econômica em SC, em especial, Extremo Oeste, Planalto Norte, Extremo Sul e Planalto Serrano, com forte investimento em infraestrutura,

COLIGAÇÃO AQUI É TRABALHO

Plano de Governo

objetivando construir novas vocações econômicas e culturas empresariais.

- Promover a vocação econômica de cada macrorregião, agregando valor e qualidade aos produtos catarinenses tradicionais, por meio do apoio nos Planos de Desenvolvimento Municipal, com o objetivo de estimular vocações e potencialidades locais para a especialização inteligente das microrregiões.
- Desenvolver formas diferenciadas de estímulos econômicos para a expansão da produção local e sua comercialização em âmbito estadual.
- Elaborar uma política de ocupação territorial, estimulando ações que propiciem um crescimento sustentável, reduzindo desigualdades.

8.4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

- Racionalizar e facilitar os procedimentos de licenciamento ambiental reduzindo a burocracia e intensificando o monitoramento e a fiscalização.
- Priorizar a análise, por interesse público, dos Requerimentos de Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos sob domínio do Estado.
- Realizar a capacitação de usuários das águas e sociedade quanto à gestão de recursos hídricos.
- Implantar o gerenciamento costeiro como política de crescimento ordenado de nosso litoral.
- Apoiar a integração dos mapeamentos de riscos aos dispositivos de planejamento e ocupação urbana, ampliando o monitoramento e a proteção das áreas de elevado risco.
- Efetivar todos os planos de manejo de unidades de conservação já existentes, visando a instalação de equipamentos turísticos por meio de concessões e parcerias público-privadas.
- Apoiar a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).
- Estimular o turismo sustentável e natural nas Unidades de Conservação Estaduais como perspectiva de nova geração de renda e capilaridade para o setor.
- Efetivar a homologação do Cadastro Ambiental Rural apoiando a implantação do PRA (Programa de Regularização Ambiental) e do PSA (Pagamento por Serviços Ambientais), visando a conservação da biodiversidade.
- Produzir e efetivar a edição do Zoneamento Econômico Ecológico do Estado – ZEE.
- Apoiar o licenciamento ambiental municipal, com fomento às Fundações Municipais de Meio Ambiente e aos Conselhos Municipais.

COLIGAÇÃO AQUI É TRABALHO

Plano de Governo

9 PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E CIDADES

“Nossa ideia é empoderar os municípios e tornar as associações sócias do Estado, para executar obras em consórcio.”

“O Fundo de Apoio aos Municípios foi uma demonstração clara de que é possível repassar recursos diretos para as prefeituras, para conseguir realizar obras mais baratas e mais rápido.”

“Ter a escritura de posse da sua casa é dignidade, é cidadania. É segurança para quem tem um lar para dormir hoje, mas não tem garantia de no dia seguinte ter o mesmo.”

9.1 REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO E PLANO DE AÇÃO

- Realizar amplo estudo para aferir os principais problemas encontrados no tocante às desigualdades sociais e econômicas de cada região.
- Implantar sistema de planejamento governamental regionalizado, aprimorando a governança territorial com foco na definição de uma política de desenvolvimento regional.
- Reestruturar o Conselho Regional de Desenvolvimento, tornando-o voluntário e atribuindo-lhe um caráter estratégico e fiscalizador.
- Estabelecer política de apoio no acompanhamento e fiscalização das ações desenvolvidas.
- Promover políticas de regularização fundiária e habitacional, viabilizando escrituras e propiciando dignidade.

9.2 IMPLANTAÇÃO DA NOVA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- Extinguir todas as ADRs.
- Manter e redefinir a atuação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, atribuindo-lhes a função estratégica e fiscalizadora dos recursos públicos destinados ao desenvolvimento regional.
- Transformar as estruturas físicas das Coordenadorias Regionais de Defesa Civil em Coordenadorias Regionais de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão de Riscos.
- Utilizar as Associações de Municípios como a nova representação político-regional do Estado.
- Adotar o FUNDAM como política de desenvolvimento regional.

9.3 APRIMORAMENTO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS

- Redefinir a função da Coordenadoria de Recursos Desvinculados, estabelecendo prioridades de aplicação dos recursos captados em casos de desastres, homologados pelo Estado.

COLIGAÇÃO AQUI É TRABALHO

Plano de Governo

- Fomentar e apoiar o desenvolvimento dos municípios.

Finalizando, essas propostas representam um novo modelo de gestão pública, conferindo ao Estado uma verdadeira revolução, uma verdadeira transformação do Governo para melhorar a vida de todos os catarinenses e entregar serviço público eficiente e de qualidade.

Nosso Estado é referência em vários indicadores, temos orgulho de viver aqui. Mas o poder público precisa se reinventar! Precisamos reduzir a nossa estrutura, ser inovadores e ser um impulsionador da economia catarinense, para que o cidadão enxergue no serviço público que **AQUI É TRABALHO !**